

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 23 de maio de 2022 - Ata n.º 45.

Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **45.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito ao Sr. 2.^º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.^º 44, de 18 de maio de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto ao 1.^º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sim, Sr. Presidente. Boa tarde, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofício n.º 1516/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Superintendência-Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ao Requerimento n.º 992/2019, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 1501/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Agência de Fomento do Paraná ao Requerimento n.º 578/2022, do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 1502/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 2952/2020, do Deputado Gilson de Souza; **Ofício n.º 1503/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 6419/2021, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 1500/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil ao Requerimento n.º 1292/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 1499/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 302/2022, do Deputado Delegado Fernando Martins; **Ofício n.º 1532/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 943/2022, do Deputado Douglas Fabrício; **Ofício n.º 1540/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 917/2022, do Deputado Tadeu Veneri; **Ofício n.º 1537/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Copel ao Requerimento n.º 1046/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 1538/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ao Requerimento n.º 7260/2021, do Deputado Goura; **Ofício n.º 1539/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 5020/2021, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 1535/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 4761/2021, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 1536/2022** da Casa Civil,

encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.^º 888/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.^º 1543/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.^º 312/2022, dos Deputados Coronel Lee e Soldado Fruet; **Ofício n.^º 1541/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.^º 1067/2022, do Deputado Coronel Lee. Era isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Tião.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Queria pedir vênia aos homenageados que muito dignamente estão aqui e dizer que recebemos também, Presidente, nesta data tão especial em que a educação é homenageada como deve, recebemos aqui os alunos e os professores do Colégio Estadual Ajambi, em nome do Diretor Professor Vanderlei, do Vice-Diretor Vandoil e da Secretária Solange. Os 19 alunos desse colégio, um importante colégio do município de Almirante Tamandaré, aqui da região metropolitana, são os 19 alunos que mais pontuaram no Programa Prova Paraná. Como uma forma de retribuição, gratidão e reconhecimento a esses alunos, foram convidados a vir fazer uma visita e conhecer o Centro Cívico e de maneira muito especial à Assembleia, que hoje homenageia acima de tudo a educação. Então, parabéns aos alunos. Parabéns e obrigado. Sejam extremamente bem-vindos a esta Casa. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência se associa à manifestação do Deputado Tião. Deseja aqui que todos possam tirar bom proveito desta estada em nossa Casa. Também registramos a presença e a visita dos alunos do curso Técnico em Contabilidade integrada ao ensino médio do Instituto Federal do Paraná, acompanhamos pela Professora Aline Cristina Coleto e pelo Professor Cícero José Albano. Sejam também todos bem-vindos à nossa Casa. Antes de iniciarmos a Sessão e a fala do Deputado Delegado Fernando,

Sr.^s Deputados e Deputadas, para o bom entendimento de todos, a Mesa Executiva baixou um Ato onde recomenda o uso da máscara. Não é uma imposição, até porque não estamos neste momento protegidos por lei, não há nenhuma determinação da Secretaria de Estado da Saúde, apenas uma recomendação da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba. Portanto, antes que surjam quaisquer dúvidas ou debates, deixamos aqui claro que não é uma imposição, é apenas recomendação e uma questão de consciência de cada um e cada uma que chega a este recinto.

Por proposição do Deputado Delegado Fernando, o Grande Expediente desta Sessão é destinado para homenagear com entrega de certificado de Menção Honrosa ao Sr. Wilson Picler, chanceler do grupo Uninter, em comemoração aos 10 anos do Centro Universitário Uninter e aos 25 anos do grupo Uninter. Anunciamos a presença aqui na Casa e agradecemos, já citado o nome de Wilson Picler; da Sr.^a Suzana Morites Picler, Gerente Administrativa do Grupo; do Sr. Edmilson Picler, Presidente da Uninter; do Sr. Gabriel Picler, Diretor Administrativo; do Sr. Nelson Pereira Castanheira, Pró-Reitor de Pós-Graduação; do Sr. Marco Antônio Eliotério, Diretor Executivo do Grupo Uninter; do Sr. Jorge Bernardi, Vice-Reitor da Uninter; do Sr. Rodrigo Berte, Pró-Reitor de Graduação; e da Sr.^a Marlene Aparecida Pazetto Antunes Teles, Diretora Financeira. Também do Sr. Mario Henrique Siqueira Silva e Lima, Diretor de Estratégias Corporativas e Relações Internacionais; e da Sr.^a Cristiane Kaminski, Conselheira do Conselho Estadual de Educação. Também estendemos aos demais convidados desta Casa a alegria de tê-los aqui no nosso convívio. Com muita honra, concedo a palavra ao Deputado Delegado Fernando, que é o proponente desta honraria.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra o Sr. Deputado Delegado Fernando Martins e Sr. Wilson Picler.

DEPUTADO DELEGADO FERNANDO MARTINS (REP): Boa tarde, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Sr. Presidente. Por meio do chanceler do grupo Uninter, Sr. Wilson Picler, cumprimento todos os convidados aqui presentes hoje.

Hoje venho até esta tribuna para homenagear uma das maiores instituições de ensino do nosso País e farei um breve relato da história do Grupo Uninter. A Uninter inicia sua trajetória nos sonhos do estudante Wilson Picler, egresso de escola pública do curso de eletrônica do antigo Cefet-Paraná, e que hoje, além de um grande empresário da educação, continua a acreditar no poder da educação, sendo Doutorando na Unicamp em Engenharia Biomédica. Este sonho passou a se materializar no ano de 1994, no desejo de seu fundador, Wilson Picler, de realizar uma educação de qualidade e democratizar o conhecimento, iniciando o seu projeto por meio de cursos de pós-graduação em parceria com outras faculdades de Curitiba. Em 1996, surge a organizada Uninter, com o instituto brasileiro de pós-graduação e extensão. No ano de 1998, cria-se o Centro Integrado de Educação Ciência e Tecnologia. E em 2000, o MEC autoriza a implantação da Faculdade Internacional de Curitiba, ofertando cursos de graduação na modalidade presencial e cursos de pós-graduação *stricto sensu* em convênio com a Universidade Federal de Santa Maria. Em 2002, é criada a Faculdade de Tecnologia Internacional de Curitiba, Fatec-Internacional, mantida pelo Cenect, que inicia a oferta de cursos superiores de tecnologia na modalidade presencial. E em 2006, a Fatec-Internacional e a Facinter passam a ofertar cursos superiores de tecnologia na modalidade a distância e Licenciatura em Pedagogia, iniciando o projeto de educação a distância, EaD. No mesmo ano, implementou as suas primeiras graduações a distância em todo o Brasil, somando atualmente 244 cursos superiores nas áreas de educação, negócios, gestão pública, jurídica e segurança, saúde e humanidades, politécnica e idiomas. Em 2012, o MEC autoriza a criação do Centro Universitário Uninter e em 2014 a Uninter inicia o programa de Mestrado Profissional na área de Educação em Novas Tecnologias. A Uninter atualmente oferece cursos superiores de graduação, pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, cursos técnicos de extensão e ensino de jovens e adultos nas modalidades presencial, a distância e nas metodologias semipresencial, digital ao vivo e telepresencial. Para dar conta de toda essa capacidade de levar a educação para milhares de estudantes em todo o Brasil, a Uninter conta com 16 estúdios, onde são gravados mais de 9 mil aulas, além de salas telepresenciais

em revistas acadêmicas. No Brasil, possui 724 polos de apoio presencial em mais de 700 cidades, e no exterior são 12 em quatro países, Estados Unidos, Japão, Portugal e Reino Unido. Deputado Micheletto, Líder do Governo e Presidente da Comissão de Educação desta Casa de leis, inúmeros são os prêmios recebidos na área de educação das mais diversas entidades do Brasil e do Exterior e que se fôssemos relatar agora não haveria tempo suficiente para tal. E quando se fala em qualidade de educação, a Uninter tem sido classificada em primeiro lugar no ranking nacional do exame nacional de desempenho de estudantes, o Enade, na modalidade ensino a distância, segundo dados da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância, a Abbead, além de ter seus cursos reconhecidos em mais da metade deles com notas máximas pelo MEC e o Centro universitário com nota 5, máxima do MEC, em educação a distância, nota 5 como centro universitário e nota 4, ótimo, no IGC contínuo do MEC. Esta grande empresa paranaense, em 2021, foi aclamada como a 5.^a melhor empresa para trabalhar, com mais de mil funcionários no Estado do Paraná, prêmio *Great Place to Work*, conforme publicação da Gazeta do Povo, Associação Brasileira de Recursos Humanos no Paraná e Rede Paranaense de Comunicação, RPC. Senhores Deputados, essa instituição de ensino é um exemplo a ser seguido e nos orgulhamos de ser uma empresa genuinamente paranaense. É com muita satisfação que agraciamos o Grupo Uninter com o diploma de Menção Honrosa, outorgado pela Assembleia Legislativa do Paraná, e o entregamos nas mãos de seu chanceler e idealizador, o Professor Wilson Picler. Senhor Presidente, era isso que tínhamos para hoje. Muito obrigado a todos. Deus abençoe.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Neste momento, tenho a honra de conceder a palavra ao chanceler Wilson Picler.

SR. WILSON PICLER: Excelentíssimo Deputado Traiano, Ex.^{mo} Deputado Gilson de Souza, Ex.^{mo} Deputado Romanelli, que compõem a Mesa, o Deputado assessor, certo. Quero cumprimentar aqui o Deputado Turini, Luersen, Deputado Ribeiro, Deputado que está aqui também, o Goura, a Deputada Luciana Rafagnin. Quero fazer aqui meu cumprimento também ao Missionário Arruda e também o

meu especial agradecimento ao Deputado Delegado Fernando Martins, tem mais Deputado aí, tem o Anibelli, tem o Deputado Guto Silva, enfim, tantos amigos. Então, hoje me dirijo a esta tribuna com muito respeito, muita satisfação, porque além de estarmos comemorando uma vitória, um êxito, até que posso dizer extraordinário desta instituição de ensino chamada Uninter, que se tornou referência na área de educação, em especial educação a distância. Hoje estamos com mais de 430 mil alunos em todos os estados, em mais de 700 cidades, nove estados americanos, norte-americanos, Estados Unidos, Inglaterra, Portugal, com foi dito aqui, Japão, mas isso não conquistamos sozinhos. Quero aqui me dirigir ao nosso Diretor Executivo, o Professor Eleutério, nosso Pró-Reitor de Pós-Graduação Professor Castanheira, ao Professor Bernardi, nosso Vice-Reitor. Temos tantos outros colaboradores aqui. O Benhur não pode comparecer, está com Covid. A Covid está atacando, é uma cepa mais amena, mas quero aqui render as minhas homenagens também estava com a minha máscara. Ela atrapalha um pouco, Deputado Romanelli, então tomei a liberdade de retirá-la, mas logo vou colocá-la de volta, porque a máscara não é apenas o respeito ao próximo, mas também para nos protegermos. Tem gente que acha que a máscara é para os outros. É para você também. Se você não quer pegar Covid, você usa máscara que fica um pouco mais protegido. Então, sou a favor de todas essas medidas que ajudam a combater, mas, graças a Deus, o mal maior já passou. Quero cumprimentar aqui o jornalista e proprietário da Indústria e Comércio, Odine Martins, em nome de quem cumprimento toda a imprensa paranaense. O Odine é um grande companheiro, amigo e costumo dizer que é um patrimônio da imprensa paranaense. E estamos sempre prestigiando seu jornal. Amanhã é o dia da indústria e o jornal vai fazer uma edição especial. É amanhã, Odine? Positivo. Amanhã é o dia da indústria. Então, quero dizer que a Uninter não foi construída apenas pelo sonho de Wilson Picler. Foi construída pelo sonho de centenas de professores. Já formamos mais de 500 mil estudantes e esses estudantes que escolheram a Uninter fazem parte da história dela, porque não existe instituição exitosa sem aluno. Ela pode ser muito boa, mas se não tiver aluno não cumpre seu papel social. E a Uninter inaugurou, pode-se dizer que foi uma das pioneiras

em educação a distância. Foi uma das primeiras mesmo, junto à Unopar, no Norte do Paraná em Londrina. Muita gente tinha dúvida, Deputado Romanelli, sobre a EaD. E deviam ter mesmo, porque é uma inovação e precisa-se acompanhar com cautela. E tivemos êxito, avançou. A Uninter pensa da seguinte forma, este mercado no futuro vai saturar, como, realmente, estamos vendo, muita gente agora atuando no EaD, tornou-se um paradigma vigente. O que era emergente hoje já é um paradigma vigente, sobretudo por causa da pandemia que forçou os estudantes adotarem e as instituições EaD. E ao fazer essa opção, na pandemia, muitos tiveram experiências exitosas e muitos tiveram experiências traumatizantes. Como tínhamos muita experiência já consolidada em EaD, posso dizer que agora estamos enfrentando, Deputado Traiano, outro problema, os alunos não querem mais voltar para o presencial. Gerou uma crise, porque eles foram estudar e perceberam que EaD era boa, bem organizada, tinham os materiais, as aulas bem gravadas, às vezes, alguns métodos até com aulas ao vivo, dependendo do curso, e perceberam que não havia necessidade de se deslocar. Eles trabalham durante o dia e estão cansados, obviamente, no final do dia, e ir para uma faculdade é algo extraordinário. Então, costumo dizer que Deus colocou aqui no Brasil uma espécie de ser especial, porque os brasileiros, na sua grande maioria, trabalham durante o dia e estudam à noite. Aí veio essa metodologia trazer esse alento. Ele pode chegar em casa, fazer a refeição com a família, socializar com as crianças, brincar com as crianças, até tirar uma sonequinha e depois lá 11 horas, meia-noite, da meia-noite às duas da manhã estudar com calma. É uma bênção. E o conhecimento, a forma de adquirir o conhecimento mudou muito. Não é apenas o professor ensinando na sala de aula. As aulas bem preparadas, com toda sofisticação e diversidade metodológica, que uma boa EaD oferece, é muito superior à aula dialogada em sala. Mas não tem nem comparação, Deputado Romanelli. Então, vejo que o paradigma do EaD veio para ficar. No entanto o desafio que bate à porta das instituições e a qualidade, vai permanecer no mercado as que tiveram qualidade, de fato, não apenas o discurso. E nisso estamos muito tranquilos com a Uninter oferecendo educação de qualidade. Espero que não tenha extrapolado o tempo que me foi concedido, dez

minutos. E quero aqui dizer que nos sentimos muito honrados em poder estar nesta Casa, Deputado Lemos, estou vendo ele aqui, o Deputado Enio Verri e dizer que aqui na Casa temos uma Deputada formada na Uninter. A Deputada Rafagnin se formou em Ciéncia Polítca. Você també se formou na Uninter, Deputado. Estou sem os óculos, Deputado Adelino Ribeiro. Você se formou em que curso lá, Adelino? Gestão Pública. E temos també o Governador do Estado do Paraná, Ex.^{mo} Sr. Carlos Massa Junior, o Ratinho, que també é formado na Uninter no curso de *Marketing*. E quero dizer que fui Deputado pelo PDT. Entao, circulo entre esquerda e direita com muita tranquilidade, como diz o mineirinho. Aqui temos diferentes ideologias, mas estamos nos dando muito bem, viu, moço. Graças a Deus, na política, não conquistei, Romanelli, nenhuma inimizade. Podemos ter tido algumas divergências localizadas, mas não tenho inimigos na política. E isso me traz muita satisfação de estar aqui neste momento recebendo esta homenagem. Muito obrigado. E tenham todos um excelente ano de 2022. Temos eleição e que todos saiam exitosos nesta eleição. Muito obrigado. Uma boa tarde.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (UNIÃO): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem, Deputado Nelson Luersen.*

DEPUTADO NELSON LUERSEN (UNIÃO): Senhor Presidente, quero parabenizar o Delegado Fernando pela justa homenagem. Conheço muito bem o Wilson Picler, a sua equipe, a Uninter. Também tive a hora de lá fazer um curso superior. E dizer da importânci que ele teve lá no Congresso Nacional como Deputado Federal. Homem visionário que tem, sem dúvida nenhuma, um conhecimento muito grande em educação, educação a distância. E aproveito para parabenizar ele e parabenizar o Delegado Fernando pela justa homenagem feita a esse cidadão, com a sua equipe da Uninter, com o grande amigo Jorge Bernardi que, sem dúvida nenhuma, são merecedores. Entao, parabéns, Delegado Fernando. Parabéns, Wilson Picler por essa merecida homenagem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Então, vamos lá para a sessão de fotografias e a entrega da Menção Honrosa. **Está suspensa a Sessão.**

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): **Está reaberta a Sessão.**

Primeiro orador inscrito, Deputado Goura.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Goura; Anibelli Neto; Luciana Rafagnin; Soldado Adriano José; e Galo.

DEPUTADO GOURA (PDT): Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a V.Ex.^a e a todos os Parlamentares, cidadãos que acompanham a nossa Sessão de hoje. Senhor Presidente, começo com o registro desejando melhorias ao nosso Líder da Oposição, Deputado Arilson Chiorato, que, infelizmente, foi diagnosticado com dengue como tantos paranaenses. Então, aqui, do nosso Plenário, mandamos toda a força, toda a saúde, ao Líder da Oposição, Deputado Arilson, que tenha uma pronta recuperação e volte aos trabalhos com rapidez. Também quero registrar, Sr. Presidente, e chamo a atenção aqui do nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Tadeu Veneri. Na madrugada de ontem, Deputado Tadeu Veneri, aqui na capital paranaense uma pessoa em situação de rua foi encontrada morta. Ela era conhecida como Bárbara, ela foi encontrada morta aqui na Praça Tiradentes, no Centro de Curitiba, em frente à calçada do Banco do Brasil. Acho que não podemos passar por isso, Deputada Luciana, como se isso fosse normal. Não é normal que pessoas morram por causa do frio ou por causa de outras situações, em situação de rua, em vulnerabilidade. Tenho visto o Deputado Arruda fazendo críticas contundentes ao Prefeito Rafael Greca, e aqui a nossa crítica vai, Deputado Arruda, à falta de uma política ativa por parte da Prefeitura de Curitiba, de acolhimento às pessoas em situação de rua. Então, fica aqui esse registro, Sr. Presidente. É inaceitável que na capital do nosso Estado esse incidente tenha ocorrido. Senhor Presidente, na última sexta-feira tive, com muita honra, a responsabilidade de conduzir uma reunião importantíssima da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania desta Casa, a

pedido do Deputado Tadeu Veneri, nosso Presidente, a quem saúdo. Uma reunião, Deputado Fruet, que contou com a presença aqui, em Curitiba, aqui na Assembleia Legislativa, de representantes do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura. Quatro peritas do Mecanismo que já visitaram instalações carcerárias em 22 estados estiveram aqui, Deputada Mabel, visitando cadeias, presídios e o Complexo Médico Penal da Região Metropolitana. E elas fizeram uma reunião aqui conosco para fazer a devolutiva do que elas viram, Deputado Marcel, Líder do Governo, nesses dias de vistoria aqui no Estado do Paraná. Os dados e os relatos são estarrecedores, são assombrosos. O Paraná se destaca negativamente pelas condições de violações de direitos humanos no sistema prisional. Estavam presentes na reunião e aqui quero registrar com muito respeito, o novo Secretário da Segurança Pública, Secretário Delegado Mesquita, também o Secretário da Justiça Família e Trabalho, Sr. Rogério Carboni, bem como representantes do Tribunal de Justiça Desembargador Ruy Muggiati, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Pastoral Carcerária e também da Frente pelo Desencarceramento no Estado do Paraná. Várias questões que serão colocadas foram encaminhadas oficialmente aos órgãos responsáveis, mas fica para todos nós: é inadmissível o que ocorre nas prisões do Estado do Paraná. São diversas violações gravíssimas aos direitos humanos. Estamos falando de mais de 32 mil pessoas encarceradas. Então, alguns dos pontos positivos da reunião, que foram colocados, primeiramente a possibilidade de o sistema judiciário, com o Ministério Público, obviamente com apoio do Governo do Estado, realize um amplo mutirão da situação das pessoas presas no Estado do Paraná. Segundo ponto, e aí foi falado pelo próprio Secretário Mesquita, Secretário da Segurança Pública, Sr. Presidente, que voltam imediatamente as visitas nas prisões, as visitas e também a entrega das sacolas dos familiares aos presos. Esse foi um pedido feito por muitas pessoas e pelas peritas do Mecanismo, para que haja a retomada imediata e o Secretário Mesquita foi muito sensível, Deputado Tadeu, e de pronto acatou essa proposta. Disse que agora, nesta semana, já seria... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Goura, por favor, para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Seria emitida a Portaria para retomada das visitas e das sacolas. Quero aproveitar também, que é importante que esta Casa discuta, Sr. Presidente, se o sistema penitenciário tem que estar a cargo da Secretaria da Segurança Pública ou se deveria voltar à Secretaria da Justiça. Este também é um pedido, um pleito de servidores de carreira do nosso sistema penitenciário. Então, vamos também abordar e chamar a atenção dos Parlamentares para essa discussão importante. Senhor Presidente, quero também registrar que, hoje de noite, teremos uma Audiência Pública da Ferroeste, no município de Paranaguá. A nossa Comissão de Meio Ambiente estará lá presente, acompanhando com muita preocupação, com muita atenção, esse projeto que impacta comunidades em todo Estado do Paraná, especificamente as do nosso litoral, do Rio Sagrado e Mundo Novo, em Morretes. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência registra na Casa a presença dos Vereadores de Santa Izabel do Oeste, Sr.^s Valdecir Santos e Vilmar Glowacki, por solicitação dos Deputados Paulo Litro e Nelson Luersen; do Presidente da Sociedade Rural de Paranavaí, Sr. Mario Hélio; do Sr. Lucas, Vice-Presidente; e do Sr. Daniel, Diretor, por solicitação dos Deputados Soldado Adriano José e Tião Medeiros; do Vice-Prefeito de Paulo Frontin, Sr. Marcos Paulo, e dos Vereadores Celso Kaminski e Jandir Machado. Sejam todos bem-vindos! Próximo orador, Deputado Anibelli Neto.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Senhor Presidente Ademar Traiano, senhores membros da Mesa Executiva, Sr.^s e Sr.^{as} Parlamentares. Nossos visitantes, sejam muito bem-vindos! Nossos funcionários da Casa. Com muita alegria, com muita satisfação, retomo os trabalhos e usando o Pequeno Expediente, leve e alegre. Tive um problema de saúde, fiquei alguns dias afastado, mas, com muita alegria, com a ajuda de Deus e da minha família, que quero agradecer publicamente, dos amigos, estamos de volta na peleia, e um dia fantástico, o dia 23 de maio, dia onde cresce, surge uma esperança para o povo brasileiro. Falo da praticamente homologação da Senadora Simone Tebet como

pré-candidata à Presidente da República. Tivemos, na manhã de hoje, a renúncia, a desistência do Ex-Governador João Dória e praticamente se encaminhou uma grande aliança. A melhor via para que possamos romper a bolha da polarização do nós contra eles. E tenho certeza de que a sensibilidade feminina, a capacidade, a inteligência, a biografia farão a diferença. E as discussões que acontecerão, ao longo dessa campanha, sem sombra de dúvida, serão em outro nível: um nível muito superior. Quero aqui destacar a carta que a Senadora Simone Tebet fez, justificando e valorizando todos os partidos, principalmente o PSDB, que fazem parte dessa aliança: “Doria nunca foi adversário, sempre foi aliado. Sua contribuição com a luta pela vacina jamais será esquecida. Vamos conversar e receber suas sugestões para o nosso programa de governo. O Brasil é maior do que qualquer projeto individual. Vamos trabalhar para unir todo o centro democrático. Gostaria muito de ter o PSDB e o Cidadania conosco. Vamos aguardar a decisão das direções partidárias, que se dará amanhã. Vamos continuar nossa caminhada da esperança. Vamos unir o País e tratar de sua reconstrução moral, institucional e política. O povo tem pressa e precisamos semear esperança.” Gostaria, na condição de Presidente Estadual do MDB, de me colocar à disposição, principalmente dos Deputados do PSDB e do Cidadania, para que juntos possamos trabalhar e preparar a vinda da Senadora Simone Tebet no Paraná, para que façamos uma grande festa da democracia, valorizando a sua biografia, a sua experiência, a sua vontade de colocar o nosso País no seu eixo normal. Por isso, é com muito orgulho que subimos à tribuna para dizer desta grande alegria do nosso MDB. Não poderia deixar de citar bem rapidamente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, a biografia da nossa pré-candidata, gente que tem experiência, gente que sabe o caminho, gente que vai, sem sombra de dúvida, fazer a diferença. Primeiro, desde os primórdios ela foi da juventude do nosso MDB. Foi Prefeita de Três Lagoas, reelegeu-se, Deputada Estadual, Vice-Governadora, Senadora, primeira Presidente da CCJ e disputou a Presidência do Senado, não logrando êxito, marcando posição, valorizando as mulheres de todo o Brasil. Por isso, é com muita alegria e satisfação, independentemente de partido, que todas aquelas pessoas de bem, formadores de opinião, que acreditam em uma nova

fórmula, que não querem o passado nem o presente, mas querem saber do futuro, do que é melhor para o nosso povo brasileiro, junte-se, conheça a história da Senadora Simone Tebet. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, público que acompanha esta Sessão, de maneira especial também pelas nossas redes sociais, pela *TV Assembleia*. Senhor Presidente, no dia de hoje, protocolei na Casa um Projeto que consideramos de grande importância para o nosso Estado do Paraná. Um Projeto que estabelece diretrizes para proteção e atenção integral aos órfãos do feminicídio no Estado do Paraná. Sabemos que tem crescido e muito o índice de feminicídio no nosso País e também no nosso Estado. E quando falamos do feminicídio, falamos da agressão às mulheres, falamos de assassinato de mulheres, mulheres que estão sendo mortas, e essas mulheres geralmente todas elas têm uma família, têm filhos, e esses filhos são os órfãos do feminicídio. No entanto, não temos uma política diretamente de atenção integral a essas crianças, a esses órfãos do feminicídio. Por isso que estudamos bastante para que pudéssemos aqui encaminhar um Projeto que pudesse dar essa atenção, uma atenção que consideramos de fundamental importância para todas as crianças que são vítimas. São órfãos, então, são vítimas do feminicídio, crianças que precisamos assegurar toda a atenção à saúde, à saúde física e mental, que precisamos dar toda atenção e garantir a questão da moradia, da alimentação. Precisamos tentar minimizar ao máximo o trauma sofrido por causa do feminicídio. Então, é muito importante este Projeto e gostaria até de deixar este Projeto também à disposição dos demais Deputados que queiram assinar, que queiram fazer parte também e assinar esse Projeto. E vejo que é um Projeto que precisamos, com urgência, que passe na CCJ e que venha a este Plenário, para que possamos aqui então estabelecer essas diretrizes de proteção e atenção integral às crianças vítimas do feminicídio, ou seja, os órfãos, chamados órfãos. E temos trabalhado isso e ouvido alguns

institutos que trabalham na questão da violência contra a mulher, e que têm comentado muito essa falta de atenção por parte dos Governos, por parte do Estado a essas crianças. E por isso que, então, apresentamos este Projeto e, desde já, gostaria assim de pedir muito o apoio de todos os Parlamentares desta Casa. Quando falamos da violência contra a mulher é importante citar aqui que a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos falou que, em 2021 e em 2022, a violência contra a mulher triplicou no Brasil. Passamos de 271 mil 392 registros de agressões para 823.127 registros de agressões à mulher. Também temos dados que no Brasil... Esses dados são do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que coloca que só em 2021 foram assassinadas mais de 1.300 mulheres. Se olharmos para esse dado, com certeza temos aí uma estimativa de cerca de 2.300 crianças órfãs, porque dessas 1.300 mulheres, a faixa etária de morte dessas mulheres fica entre 18 a 44 anos, então significa que aproximadamente temos, isso são dados do próprio Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que temos aproximadamente então cerca de 2.300 crianças órfãs do feminicídio no nosso País. Por isso que temos esta preocupação e assim encaminhamos este Projeto, no qual pediria muito atenção e apoio de todos os Parlamentares, para que possamos aprovar o mais rápido possível. Aqui no Estado do Paraná temos o Instituto Alice Quintilhano, que tem trabalhado muitas ações de enfrentamento à violência contra a mulher e esse mesmo instituto também trabalha essa preocupação com os órfãos do feminicídio. Então, é importante... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Luciana, por favor, para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Concluindo, Sr. Presidente, só quero então reforçar o apoio e dizer que também temos outros Projetos que vão na linha de enfrentamento à violência contra a mulher e que consideramos importantes, como o Projeto protocolado nesta Casa, o Projeto n.º 161/2022, que busca que o Estado tenha um auxílio financeiro às mulheres que estão em situação de violência e que estão com medidas protetivas, que possa assegurar a essas mulheres também um local de moradia e um auxílio emergencial, um auxílio

financeiro até que ela possa se restabelecer e estar em um local seguro. Já falamos aqui em outros momentos que muitas são as mulheres assassinadas no momento em que estão com medidas protetivas, mas precisam se dirigir aos locais de trabalho, precisam continuar trabalhando para seu sustento ou sustento da sua família e no retorno ou na ida ao seu trabalho estão sendo assassinadas. Então, esse Projeto... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada, por favor, para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Então, esse Projeto é um Projeto também importante para salvar a vida das mulheres. Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Soldado Adriano José.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados e público que nos assiste, quero falar hoje sobre um tema que estou sendo demandado dentro da Polícia Militar do Estado do Paraná. Hoje todos sabemos que o ensino a distância é algo que veio para revolucionar e facilitar muito a questão educacional no nosso País e nosso Estado, automaticamente, e dentro da Polícia Militar essa tem sido uma das grandes pautas que sempre trabalhei desde o início do mandato, para que nos cursos, até mesmo de formação de soldados, cursos de formação de sargentos e aperfeiçoamento também de sargentos, pudesse ser feitos na modalidade a distância. É óbvio que o ensino a distância teria que ser feito quando se trata do conteúdo teórico, o conteúdo prático, como tiro, abordagem e tática de confrontos armados, por exemplo, daí obviamente que teria que ser feito na prática. E agora, em 2022, teremos o curso de sargentos e também o curso de aperfeiçoamento de sargentos. Então, humildemente, estamos elaborando um protocolo, solicitando ao Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. Hudson, e ao nosso Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Wagner Mesquita, para que ambos cursos

fossem feitos também na modalidade EaD, conforme já foi feito em 2020 no curso de sargentos, conforme se pode verificar no Boletim Geral n.^º 7, de 27 de janeiro de 2020, como foi feito em 2021 no curso de oficiais, no Boletim Geral n.^º 43, de 9 de março de 2021, e da mesma forma que foi feito em 2021 também no curso de aperfeiçoamento de sargentos, no Boletim Geral n.^º 25, de 9 de fevereiro de 2021. Conhecendo o Comandante-Geral da Polícia Militar, o Cel. Hudson, e o Secretário da Segurança Pública, Dr. Wagner Mesquita, temos a certeza de que atenderão a este grande anseio da tropa da Polícia Militar, que, fazendo esses cursos na modalidade EaD, além de facilitar, trará economia para o Estado, bem como agilidade para que os nossos policiais possam continuar no dia a dia desempenhando os seus trabalhos e fazendo inclusive os cursos no horário de folga. Seria isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente Traiano, nosso prezado atleticano, nosso 1.^º Secretário... Grande força! Você acertou o placar. Eu disse: *Há controvérsias. E quebrei a cara!* Parabéns, Romanelli. Três, dois, um. Bom para valer! Senhores Deputados e Deputadas e *TV Assembleia*, ouvi de um amigo que trabalha aqui, um grande colaborador da Assembleia, ele falou assim: *Videogame*. HÃ? *Videogame*. Falei: HÃ? *Videogame*. Os nossos radares são *videogames*. Ah, *não me venha de novo com a história do radar!* Não vou, não, Deputado Arruda, é a multa que vem! E o Ex.^{mo} Sr. Rafael Greca continua com uma única e disposição vontade: primeiro, não cumprir nenhuma lei que possa votar na Assembleia, possa ser sancionada pelo Sr. Governador. Ele está acima da lei, porque ele não cumpre. Não cumpre e esse homem deve estar pensando que ele é o quê? Pois é, é isso mesmo! O detalhe é que lamentavelmente temos o radar. Vamos embora! Aí, você pega e entra no radar... Atenção, entrou no radar. Para a direita. Pegou 40. Opa, estou acelerando, vou manter 40. Tem 50? De 50 volta para 40; de 40 vai para 70 e você leva o quê? Você toma bem no meio da carteira, Presidente. E aí vão os teus pontinhos embora! E a Prefeitura tem um único

objetivo, se não é o quê, Gilberto Ribeiro? Arrecadar! Senão vejamos, senhoras e senhores. O prazo do contrato, que vai durante o mandato do Ex.^{mo} Sr. Rafael Greca, vai, pediu 300 milhões. As empresas que estão aí, estão usando uma tecnologia que acredito que deve ser coisa somente das... Então, assim, voltando para a seriedade, deve ter alguma coisa lá dentro que não deve ser normal, não! Acredito que isso é uma tecnologia, além de ser “ferrativa”, é proibida. São Paulo tem exatamente um carinha, um monstrinho igual, só que ele não multa, esse monstrinho faz o quê? Ele te alerta. Mas aqui tem um monstrinho gordo, bem gordo dentro do radar. Então, em nome do povo que usa todos os dias e perde a carteira, como um jovem uber que perdeu a sua carteira em uma semana, veio a pontuação e ele levou o quê? Ferro. Tem que pagar e perdeu a carteira na Marechal Deodoro com a Marechal Floriano. Senão vejamos, senhoras e senhores, que o *cabra* aí, nobre Deputada, Presidente Traiano, senhores motoristas da Assembleia, se você vai entrar à direita, você vem pela Marechal, é claro que você atravessa a faixa que está na direita. Se você vai entrar à direita, você pega para a direita! Não pega, não, viu Fruet, que você vai ser multado. Mesmo você sendo um militar experiente, um homem que já considerei herói no meu programa no tempo da Rede Massa de televisão, você, com toda essa experiência, vai *tomar ferro!* Se entrou à direita, para entrar à direita, o radar te pega. Bem, vejamos o que poderemos conseguir, continuo gritando pelo povo. Prefeito Greca, Vossa Excelência sabe tão bem cantar o Hino de Curitiba. O senhor é um grande cantor. Eu diria que como Prefeito, realmente, o senhor é um grande cantor. Dito isso, quero agradecer ao Governador do Estado do Paraná pela iniciativa em pensar nos micros e pequenos empresários. Tomara, senhoras e senhores, que dê certo o conserto da canoa, viu Líder do Governo, Marcel Micheletto. Falamos aqui e o Marcel nem presta atenção, fica lá conversando com o lorde, com o Senador. Marcel, o apelo é para consertar a canoa dos pescadores, uma história que o lorde conhece bem. Para consertar a canoa o Banco Fomento tem dinheiro. Conversei com o Banco Fomento, Vossa Excelência poderá ajudar muito. Senhor Presidente, fale um minuto, quero ouvir a sua voz, estou com saudade do senhor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Galo, com a transmissão que Vossa Excelência fez sobre o radar, quem sabe poderia até continuar.

DEPUTADO GALO (PP): Muito grato, Presidente. Então, os pescadores, senhoras e senhores, acreditem, eles só podem pescar o que aparecer, é coisa de Brasília, Marcel. Só pode pescar o camarão depois de 500 milhas, mas o camarão só dá para trás das 500. É coisa de Brasília. Mas aqui o Banco Fomento tem uma linha, que pode ajudar aos pescadores a fazerem o quê, Marcel? Remendar as canoas, arrumar as canoas. Já falei com o Governador naquele dia que Vossa Excelência conseguiu uma audiência para mim. Muito grato, Marcel, você me botou na cara do Governador. Rapaz, o gabinete dele é enorme, grande, é bonito e está lá o nosso Governador continuando a trabalhar pelo povo. Senhores pescadores, estamos solicitando ao Governo e ele diz que vai estudar, para ajudar você a arrumar a sua canoa. Senhor Presidente, sentou o Zucchi, agora. Agora o trem vai ficar bom. Vida longa, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ricardo Arruda, pela Liderança do PL.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Ricardo Arruda (PL); Tadeu Veneri (PT); Marcel Micheletto (Governo); e Professor Lemos (Oposição).

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputadas, Deputados, os que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Bem, primeiramente quero aqui fazer um agradecimento ao nosso Presidente da República Jair Bolsonaro, porque mais uma vez esteve aqui no Estado do Paraná. Dessa vez, aqui em Curitiba, ele veio participar da Marcha para Jesus. Lembrando que ele foi o primeiro Presidente a participar da Marcha para Jesus. Óbvio, porque é cristão; porque é temente a Deus; porque respeita. Respeita Deus, respeita os valores e respeita as famílias. O interessante é que a marcha é sempre composta de muitas pessoas, lógico. Todo mundo aqui, quem é

cristão e a maioria dos brasileiros é cristão, quer homenagear e glorificar Jesus Cristo, que é o nosso Senhor e Salvador, o nosso Rei. Porém, nesse evento teve algo diferente. Aquela multidão, boa parte dela estava usando o quê? Roupa verde e amarela e bandeiras do Brasil. Então, abrillantou ainda mais essa marcha. Realmente, foi algo emocionante para quem esteve aqui ou para quem acompanhou na internet. Foi fantástico! Quando ele chegou ao teatro Guaíra, ele discursou. Tinha mais ou menos o quê? Umas 400 pessoas, dentre pastores, lideranças de igrejas. Ele disse o porquê eles, o lado oposto joga tão contra os valores. Eles querem liberar o aborto, eles incentivam a ideologia de gênero, eles querem liberar as drogas, eles defendem os bandidos. Aqui defendemos aquelas bandeiras: *Deus, Pátria, Família e Liberdade*. Defendemos o que é correto, o que é justo, o que está na Bíblia Sagrada. Algo que o preocupa muito hoje em dia, ele comentou no discurso, falou o seguinte, que a Ex-Presidente da Bolívia está presa. Presa por quê? Por praticar atos antidemocráticos. Alguém já ouviu falar disso? Já ouviram a Rede Globo? Já ouviram o Ministro do Supremo dizer essa palavrinha: *atos antidemocráticos*? Sendo que eles são os que mais praticam atos antidemocráticos, desrespeitando a Constituição Federal. O Ministro Alexandre de Moraes é o campeão em fazer isso. Campeão! Faz o que quer, não é guardião da Constituição. Não! Ele acha que é o criador da Constituição e julga da maneira que ele entende a Constituição. Por essa razão, amanhã ou depois de amanhã, estarei protocolando uma ação de reparação de indenização contra o Ministro Alexandre de Moraes, em razão de danos morais que a fala dessa autoridade causou à minha pessoa. Vejam o que o Ministro do Supremo do Tribunal Federal afirmou sobre a internet ter contemplado grupo de imbecis. Então, ele ofendeu milhões de brasileiros que usam a internet e principalmente os que têm uma fala contrária à dele. Os conservadores que desconfiam e que questionam as ações do Supremo Tribunal Federal têm todos os motivos e todas as razões para questionar, em todos os sentidos. Vemos que o STF se tornou o maior partido político de apoio ao PT. Isso é evidente, o Brasil inteiro enxerga! Vemos que o Supremo Tribunal Federal com o TSE, que são as mesmas pessoas que fazem parte, não querem ouvir nada contra as urnas eletrônicas. Dizem até que vão

prender quem falar contra as urnas durante o período eleitoral. Isso é democracia ou é um ato antidemocrático? Julgue você que nos acompanha. Na cabeça desse Ministro é um ato antidemocrático e o que ele faz é a democracia dele, igual à de Cuba, Venezuela, que o PT tanto defende. Então, temos uma preocupação, o Presidente Bolsonaro ainda afirmou que, isso é importante, ele afirmou que as sugestões militares para as eleições não serão jogadas no lixo. É bom que se grave o que foi dito pelo nosso Presidente. Continuando a minha preocupação a respeito hoje da Justiça Brasileira, do Judiciário, vejam que barbaridade o que está acontecendo aqui. Presidente Traiano, Mesa Diretora, vejam o que a sexta turma do STF decidiu por unanimidade, em 20/4/2022, agora, em abril. Diz que é ilegal a revista feita por policiais, com base em atitudes suspeitas. Quer dizer que o policial que está no dia a dia combatendo o crime, que tem experiência, que bate o olho e fala: *Opa, aquele sujeito é suspeito.* Não, ele não vai mais poder agir assim, porque essa sexta turma aqui do STJ acha que não, que não pode, que isso vai na verdade entrar nos direitos de um cidadão. Tudo isso, sabem por quê? Porque lá na Bahia, em 2020, um cidadão foi abordado pela polícia e foi revistado. Com ele, na mochila dele foram encontradas cocaína, maconha e balança de precisão. Prenderam o elemento, óbvio, prenderam em flagrante. O advogado dele, olhem o que falou o advogado dele: A defesa alegou que os policiais se basearam em alegação vaga para a abordagem e que isso desrespeitou os direitos do suspeito. Quer dizer, desrespeitou um criminoso, um traficante e absolveram-no, colocaram-no na rua e não foi preso. O Ministro ainda argumentou que não se podem validar ações abusivas só porque se achou objeto, olhem só, gente, que barbaridade! Só porque se acharam objetos que poderiam gerar responsabilização penal. Tem mais, o Ministro ainda disse que a decisão visa evitar abusos contra a privacidade, a intimidade e o preconceito gerado pelo racismo estrutural da sociedade. Isso é uma pouca vergonha! Ou esse sujeito é demente, esse Juiz! Não é possível. Então, o cara é pego aqui com um monte de arma: *Ah, não, mas não podia ter prendido ele! Suspeitaram por quê? Tem que libertar ele, porque essas armas com certeza não eram para assaltar, eram para abençoar as pessoas.* Será que é isso, Sr. Juiz? Será que é isso, Sr.

Desembargador? O que vocês querem mais? Querem continuar apoiando vagabundo, traficante, colocando em liberdade e punindo policial que está arriscando a vida para prender esses marginais em defesa da sociedade, do cidadão de bem? Até quando isso vai continuar? Acorda, Câmara Federal, Deputados Federais! Acordem e trabalhem para mudar essa situação, porque aqui não consigo mudar - se pudesse, se tivéssemos autonomia no Estado, já teria feito isso. Lugar de bandido é em *cana!* Qualquer um de nós com pouca maturidade, quando bate o olho em alguém, pode achar que é suspeito. E óbvio que o policial tem todo o direito de ir lá e checar, não é nada de racial. Quem inventa esse negócio que é problema de racismo é a esquerda, está aí defendendo um ... (**Com fulcro no art. 167, V do Regimento Interno, por solicitação do Deputado Tadeu Veneri, endossado pelo Presidente, Deputado Ademar Traiano, foi suprimida uma expressão ofensiva pronunciada no discurso.**) ... Vereador do PT que invadiu uma Igreja, aí tem Deputado dizendo que é preconceito racial pela cor dele. Isso é uma barbaridade, gente. Já disse aqui e vou repetir: Vagabundo não tem cor, pode ser branco, azul, vermelho, preto, amarelo, não importa, quando a pessoa é bandida, é canalha não importa a cor, ela tem que, sim, ser punida mediante a lei, no caso do... (**Com fulcro no art. 167, V do Regimento Interno, por solicitação do Deputado Tadeu Veneri, endossado pelo Presidente, Deputado Ademar Traiano, foi suprimida uma expressão ofensiva pronunciada no discurso.**) ... Vereador tem que ser cassado. Aí tem uma Juíza, que deve ser de esquerda, não é, alegou que suspendeu a votação porque ele recebeu um *e-mail* de racismo. O que é que tem a ver o *e-mail* com o ato praticado, dele, antes de invadir uma Igreja? Não tem nada a ver, o crime dele foi invadir uma Igreja, o *e-mail* que ele recebeu; então, processe quem enviou o *e-mail*. Oh, Juíza, onde a senhora está com a cabeça? A senhora está colaborando para a população... (É retirado o som).

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ricardo, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Essa Juíza está contribuindo para a população desacreditar ainda mais no Judiciário. Porque hoje em dia é assim, o bandido tem todo o apoio. Bom, tem apoio do Judiciário, tem apoio do Supremo, porque a maioria foi indicada pelo PT. O PT também defende vagabundo, o Lula já falou que não tem que ficar prendendo ladrão de telefone celular, que rouba para tomar uma cervejinha. Aí dá um tiro na cabeça de quem ele roubou: *Coitado, ele é uma vítima da sociedade.* Aí o filho do Lula foi roubado, o celular dele, ele foi denunciar o bandido. Por quê? Porque não deu mais R\$ 100,00 para o ladrão que roubou o seu telefone, para ele tomar mais cervejas com os amigos? Ora, seu Lula e família, é uma lei para vocês e outra para os outros, exatamente como é o socialismo de vocês - a riqueza para vocês, a miséria dividida para o povo. Obrigado.

(Com fulcro no art. 167, V do Regimento Interno, o Deputado Tadeu Veneri solicitou ao Presidente, Deputado Ademar Traiano, a supressão de uma expressão ofensiva pronunciada no discurso do Deputado Ricardo Arruda.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ricardo Arruda, aí cabe à Justiça, cabe à polícia fazer qualquer tipo de investigação. Acho que, uma vez investido do cargo e com a votação que teve, temos que respeitar, independentemente do que ele já cometeu ou não, e o que está cometendo. A Câmara Municipal já tomou as providências. **(Com fulcro no art. 167, V do Regimento Interno, por solicitação do Deputado Tadeu Veneri, o Presidente, Deputado Ademar Traiano, determinou a supressão de uma expressão ofensiva pronunciada no discurso do Deputado Ricardo Arruda.)**

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): *Pela ordem,* Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Doutor Batista.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Senhor Presidente, Deputado Ademar Traiano, gostaria de fazer um convite a todos os Deputados e Deputadas da

Comissão de Saúde, e a todos que queiram participar, seja de participação híbrida, pelo *Zoom*, ou ao vivo, lá no auditório legislativo da CCJ, tenho a honra de convidar para essa Audiência, que será com o Hospital Pequeno Príncipe, o Sr. José Álvaro da Silva Carneiro, Diretor-Geral do Hospital Pequeno Príncipe; do Doutor Dimer Giamberardino, Médico Diretor Cooperativo; e a Doutora Rafaela Wagner, Coordenadora de Telepediatria. Amanhã, às 9 horas, dia 24, Sr. Presidente. Convido todos. Interessantíssimo esse convite do Hospital Pequeno Príncipe. Que todos participem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, por favor.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Senhor Presidente, trago a esta tribuna duas situações que aconteceram nos últimos dias e que envolvem, uma delas diretamente a Comissão de Direitos Humanos. A Comissão de Direitos Humanos fez aqui na última semana, na quarta-feira, uma Audiência com diversos moradores da chamada Fazenda Curi, uma área que está em disputa em Guarapuava, uma área denominada Fazenda Curi, que teve um problema gravíssimo com a declaração de pessoas que chegaram armadas de que iriam retirar os posseiros, alguns, Deputado Lemos, que estão lá há 70 anos. Nesse sentido, há uma decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, decisão 768579, que diz: “Cuida-se o ofício enviado pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que em síntese apresenta relato sobre a existência de graves conflitos fundiários envolvendo área de terras denominada Fazenda Curi, localizada em Guarapuava, versando sobre a possibilidade de ‘realização de correição’, perícia ou suspensão de matrícula ou sobre registros’ da referida propriedade. A Presidência desta Corte encaminhou expediente ao Presidente da Comissão de Conflitos fundiários desse Tribunal de Justiça, Desembargador Fernando Antônio Prazeres, para conhecimento de eventuais deliberações. A Comissão de Conflitos Fundiários instruiu efeito para juntar de manifestação, Doutor Anderson Carvalho, localizada sobre a situação da Fazenda

Curi, localizada na Serra da Esperança. Também, no intuito de melhor instruir o processo, solicitou à Comissão de Direitos Humanos, Sr. Presidente, e da Cidadania, da Assembleia Legislativa do Paraná, e do advogado Anderson, a indicação de serventias de foro extrajudicial para realizar atos notariais de registro possivelmente irregulares envolvendo a denominada Fazenda Curi. A Assembleia Legislativa encaminhou a relação de serventias para praticarem atos notariais de registro. O advogado Anderson não se manifestou. Nesse sentido, considerando a gravidade das acusações e a complexidade dos fatos, tenho como apropriada medida proposta pelo Presidente da Comissão de Conflitos Fundiários desse Tribunal de Justiça, Desembargador Fernando Prazeres, razão pela qual determina a realização de correição extraordinária nas serventias indicadas pela Alep, abaixo identificadas, bem como quaisquer outras que eventualmente tenham relação direta ou indireta com as possíveis irregularidades envolvendo a denominada Fazenda Curi. 2.º Tabelionato de Notas da Comarca de Guarapuava, serviço distrital do Morro Alto da Comarca de Guarapuava, serviço distrital de Carro Quebrado da Comarca de Guarapuava, 3.º Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava, Tabelionato de Notas acumulando precariamente o Tabelionato de Protestos e Título da Comarca de Prudentópolis, serviço distrital de Guaramiranga, da Comarca de Imbituva, Serviço distrital de Inácio Martins, da Comarca de Irati. Encaminhe esse expediente à assessoria correcional para adoção de providências necessárias, bem como à Comissão de Conflitos Fundiários, ao Tribunal de Justiça e à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para conhecimento e eventual acompanhando as correições quando agendadas. Expedito Reis de Carvalho, Corregedor de Justiça." É extremamente importante, Sr. Presidente, que tenhamos essa resposta do Tribunal de Justiça, porque em definitivo a Comissão de Direitos Humanos teve a resposta a uma solicitação, que havíamos feito, para que haja correição nos cartórios e que esses possam esclarecer como que, segundo as informações, temos quatro, Sr. Presidente, cinco matrículas na mesma área com proprietários diferentes no mesmo tempo. Obviamente que, se confirmados isso, Deputado Nelson Justus, é extremamente grave que tenhamos

quatro, cinco cartórios registrando a mesma área de terra para proprietários diferentes em tempos diferentes. Então, a correição que será feita a pedido da Comissão de Direitos Humanos daqui da Assembleia Legislativa para que o Tribunal tome providências irá trazer luz à situação da denominada Fazenda Curi. Espero que com isso possamos esclarecer, em definitivo, aquilo que hoje é, como disse ao Deputado Marcel já na primeira vez que recorremos a ele há duas semanas, uma situação extremamente grave. Agradeço aqui, inclusive, ao Desembargador Fernando Prazeres e ao Cejusc, como nos ligou já dias atrás o Presidente do Tribunal de Justiça, colocando a experiência do Cejuss como experiência única no Brasil. E oportunamente queremos aqui nesta Casa trazer, inclusive, o Desembargador para que faça um esclarecimento a todos nós sobre como estão agindo os Desembargadores no caso Cejusc. A outra situação, Sr. Presidente, também diz respeito à Comissão de Direitos Humanos e, especificamente, a nós do Partido dos Trabalhadores que temos uma leitura diferente daquela que tem hoje, que está sendo adotada hoje com relação às armas no nosso País, chamou minha atenção, e falei aqui ao Deputado Requião, que o Presidente da Abrabar, uma pessoa que considero muito, aliás, tenho um grande carinho pelo Presidente da Abrabar, Associação dos Bares do Paraná, mas o Presidente da Abrabar, alinhado com a política de armamento da população que o Governo Bolsonaro vem realizando, desde a campanha eleitoral de 2018, fez, segundo uma reportagem da *Folha de São Paulo*, fez uma solicitação divulgando a formação de uma parceria com um clube de tiro de Curitiba para ensinar os donos de bares a usarem arma de fogo contra a população, a título de se defender diante do aumento da insegurança com o número de roubos. No total, dito aqui, no total geral houve aumento de 97% do arsenal civil em 2020, em comparação com 2019. Praticamente o dobro em apenas um ano. Iniciativas como essa nos leva a pensar no avanço das milícias para além do seu território original. Em vez de investir em política de segurança pública, o Governo e seus aliados querem criar, como tem dito constantemente o Sr. Jair Bolsonaro, criar uma milícia no setor de entretenimento. Como vão ficar pais e mães de jovens que saem pela noite para se divertir e se encontrar com os amigos sabendo que os donos dos

lugares onde eles não poderão, não significa que estarão, poderão estar armados e autorizados, inclusive, a matar qualquer um que considera suspeito ou ameaça. É extremamente grave. Que o cidadão queira, como disse aqui já o Deputado Fruet que, aliás, é policial e conhece bem a situação. Deputado Fruet, com todo o respeito que tenho ao senhor, embora tenhamos divergência, mas o senhor falou uma coisa correta, que o cidadão queira, voluntariamente, procurar um clube de tiro e ele usar no clube as armas que estão disponíveis para o clube é uma coisa; que uma Associação de Bares e Restaurantes promova certo convênio com clubes de tiro para que os proprietários se sintam seguros. Eles não podem ter essas armas fuzil, submetralhadora, pistola dentro do seu bar. Não podem. Então, que diabo de segurança eles vão ter? Eles vão fazer o quê? Vão usar clandestinamente uma arma dentro do seu bar? Porque até onde eu sei, sei pouco, Deputado Fruet, mas até onde eu sei, as armas para o clube de tiro devem ser usadas no clube de tiro. Qual a segurança que tem o cidadão então? Ele vai usar de forma clandestina? E se usar de forma clandestina estaremos sujeitos a conflitos que acontecem, e o senhor que como policial sabe bem melhor do que nós, que acontecem constantemente dentro de bares. O que vai fazer esse cidadão? Ele mesmo vai tomar parte nas disputas antes de chamar a polícia por estar armado, por se sentir “seguro”? Sabemos que isso não dá segurança. O senhor sabe que não dá segurança. Portanto, essa medida da Abrabar e do Fábio Aguayo, volto a dizer, a quem considero muito, é um equívoco. É um equívoco. Falei isso ao Fábio várias vezes. É um equívoco achar que armando os 10, 15, 20 mil donos de bares e restaurantes no Paraná estarão mais seguros por terem uma pistola, por terem um fuzil, por terem sei lá o que dentro do seu bar. E aí para essa escalada que faz Jair Bolsonaro, que de manhã reza no caminhão e à noite diz que a população tem que se armar e se armar para matar, a decisão inédita tomada aqui em Curitiba pela Juíza, pela Doutora Vera Lucia Feijo da 6.^a Vara Federal de Curitiba, contrariando, inclusive, parecer da diretoria e fiscalização em produtos controlados do Exército, vai exatamente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, na contramão daquilo que se tenta hoje, que é dar segurança aos cidadãos, sem que tenhamos o risco de que este... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Tadeu, por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): ... esse profissional da segurança esteja ele também correndo risco. O que fez a Juíza Vera Lucia? A Juíza Vera Lucia Feijo da 6.^a Vara de Curitiba, contrariando a recomendação do Exército, autorizou a comercialização de silenciadores de armas de fogo para civis. É uma coisa totalmente maluca, do ponto de vista de segurança. Desde quando quem pratica tiro esportivo precisa de silenciadores nas suas armas? De acordo com o jornal *O Globo*, a empresa entrou em contato, em processo, que entrou em processo contra a Advocacia Geral da União, que conseguiu aqui da Juíza essa autorização. Diz aqui também o Exército, além de se caracterizar produto controlado de uso restrito, inclusive no âmbito das Forças Policiais de Segurança, não se constitui equipamento essencial para atividade de tiro desportivo de caça. Além disso, considera que sejam desviados para emprego de ações hostis contra a sociedade, e principalmente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Por favor, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Contra operador de segurança. E só para concluir, Sr. Presidente, aqui mais uma vez ao Soldado Fruet. Imagine, Soldado Fruet, bandidos com silenciadores atacando a polícia, o que vai acontecer? É um equívoco, um equívoco total, do Fábio Aguayo, e da... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos ao horário da Liderança do Governo. Com a palavra, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Hoje venho aqui à tribuna para falar de algo importante que aconteceu quarta-feira no Palácio Iguaçu, de suma importância, onde a Copel, com o Governo do Estado, fez um chamamento público para projetos de eficiência energética para os hospitais filantrópicos, Santas Casas, hospitais benfeiteiros, que têm feito um ato muito nobre. Vossa Excelência, Presidente, que conhece

muito bem sobre esse tema, os nossos hospitais filantrópicos, nossas Santas Casas, têm colaborado tanto com o povo paranaense, e que foram presenteadas com mais de R\$ 35 milhões a fundo perdido, para que pudessem receber esses projetos de eficiência energética, que vai ajudar a minimizar a questão da sua tarifa de luz, e consequentemente podendo gastar, ou investir ainda mais esses recursos dentro dos hospitais. Então, foi um ato importante, nobre, disse até naquele dia que não seria uma tratativa de Governo, mas, sim, uma política de Estado, acho que isso é importante, e o Governo do Estado, com a Copel, querem ainda mais ampliar esse processo, esse chamamento. Tem algumas regras, principalmente a questão dos leitos destinados ao SUS, IDH das cidades que são sediadas, hospitais que estão tendo dificuldades de pagamento de energia elétrica. Então, acho que foi um ato importante da Copel com o Governo e várias entidades importantes do nosso Estado receberam esse importante, vultuoso recurso de mais de 35 milhões e mais de 41 hospitais foram contemplados. Então, quero aqui parabenizar a ação da Copel, parabenizar a ação do nosso Governador que quer ampliar ainda mais essas instituições para receber esses recursos. O segundo tema que venho tratar é sobre essa semana e é algo que me chama também muita atenção, porque dentro de casa tive uma referência nesse sentido. Estamos completando 66 anos, na última sexta-feira, da Extensão Rural. E dentro da minha casa tive um extensionista, meu saudoso pai, com vários outros que passaram por esta Casa. Vi aqui, agora há pouco, o próprio Secretário de Desenvolvimento Urbano, nosso Zucchi, que também foi extensionista. Então, a Extensão Rural completa 66 anos, completou na última sexta-feira e hoje os trabalhos estão sendo executados aos nossos produtores rurais, via o IDR, que promove o desenvolvimento rural sustentável e a Extensão Rural colaborou enormemente para que o Estado do Paraná pudesse ser essa grande locomotiva do agronegócio paranaense e brasileiro. Por isso quero aqui fazer minha saudação a todos os extensionistas. Também aqui falar sobre um tema que vem de encontro com os extensionistas é a questão da Adapar. O Governador do Estado do Paraná, depois de vários encaminhamentos, entendeu a importância da convocação e da nomeação de 25 médicos-veterinários, 13 técnicos de manejo e

meio ambiente para exercerem as funções fiscais e assistentes de fiscalização, na Agência de Defesa Agropecuária, do Paraná. Os nomeados foram aprovados no concurso realizado dia 12 de setembro do ano passado e vai reforçar a Rede de Vigilância Sanitária e o trabalho preventivo, principalmente na questão da febre aftosa, onde o Paraná teve uma vitória importante, sendo livre de febre aftosa, sem vacinação. E nós, agora, com mais fiscais, não é, para que possamos colocar em todos os cantos do Estado do Paraná, principalmente nas fronteiras, vamos ter aí condições de continuar sendo um *case* de sucesso nessa área e colaborar enormemente com o setor produtivo por meio, principalmente, da área frigorífica de suínos que agora terá condições de expandir ainda mais os seus negócios. Aqui a Adapar que recebe do Governo do Estado mais 25 médicos veterinários, mais 13 técnicos de manejo. Isso é muito importante para que possamos reforçar essa rede de vigilância até depois de todo um debate que tivemos, aqui, na nossa Casa: audiências públicas e o Governador ficou convencido da importância desse tema e que o nosso setor produtivo cada vez mais, com esse reforço, terá condições de continuar fortalecendo principalmente a cadeia produtiva do frango. Mas, acima de tudo, da nossa suinocultura. E também tivemos aqui divulgado um edital dando início ao processo seletivo do PSS para a contratação temporária de mais 34 técnicos agrícolas, para o exercício da função de técnico de manejo e meio ambiente. Então, é mais uma demonstração de responsabilidade, de carinho do Governo do Estado com o setor produtivo, com o agronegócio e dando oportunidade à nossa Seab, à nossa Adapar, a ter ainda mais fiscais para que possa proteger a cadeia produtiva do suíno, do frango e fazer o Estado do Paraná continuar avançando na cadeia produtiva. Uma demonstração de muita responsabilidade do nosso Governo. Quero saudar o nosso Secretário de Agricultura do Estado do Paraná, o Ortigara, que conduziu esse processo principalmente juntamente aqui, e quero fazer uma saudação muito especial: vi, hoje, aqui na nossa Casa voltando aos trabalhos o nosso Presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nosso Anibelli, depois de uma batalha incansável na questão da saúde que ele vem passando. E ele volta à Casa e aqui, também, a minha referência a esse valente, competente

deputado que representa a Comissão de Agricultura do Estado do Paraná que colaborou, enormemente, com os trabalhos, para que pudéssemos fazer o Estado livre de febre aftosa sem vacinação e feliz devê-lo novamente à nossa Casa reconduzido, e avalizando tudo isso que o Governo do Estado está fazendo com essas contribuições e contratações. Era isso que queria dizer a todos os nossos Deputados, da importância da contratação desses nossos fiscais agropecuários para que possamos dar ainda mais condição ao setor produtivo do Paraná, que é um exemplo para o mundo. Fazendo com que o nosso Estado continue levando alimento para o Planeta todo e dando aquilo que mais queremos: oportunidade de trabalho e fazendo com que o Estado do Paraná seja excelência na produção agrícola. Quero agradecer mais uma vez e feliz de ver a recondução aqui do nosso Deputado Anibelli que é o Presidente da Comissão de Agricultura da nossa Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentá-los ao tempo que cumprimento todos e todas que estão acompanhando esta Sessão. Trago aqui novamente o tema das aulas por televisão. Aulas a distância, nos cursos técnicos profissionalizantes de 445 escolas, 445 colégios estaduais com cursos profissionalizantes. Há uma reclamação geral. Já fizemos Audiência Pública na Assembleia com a participação de pais, mães, estudantes, professores, funcionários de escolas, de vários municípios do Paraná. E todo dia estão chegando para nós reclamações, reclamações que vêm de Londrina, Deputado Turini; reclamações que vêm de Maringá; de Cascavel; de Pato Branco; Francisco Beltrão; reclamações que vêm, por exemplo, de Nova Esperança, próximo de Maringá. Nova Esperança pertence ao Núcleo de Educação de Paranavaí. Então, ontem, várias mães, vários estudantes lá do Colégio Estadual São Vicente de Paula, de Nova Esperança, passaram-me mensagens. Estudantes que vou listar aqui: a Fran, o Mateus, o Paulo, a Sara, o Gustavo, o Luiz, o Carlos e o Lincoln, via WhatsApp, pedindo

socorro, porque eles estão no curso de informática, o professor trabalhou alguns meses, adoeceu, pediu exoneração. Estão sem aulas, mas o medo maior é que não contrate outro professor, outra professora para essa disciplina e que coloque uma televisão lá na sala para que eles assistam aula a distância – que é isso que está sendo ofertado para eles e eles não querem! Não querem porque, no mesmo colégio, as mães e os estudantes estão reclamando que no curso Técnico em Administração a aula está sendo por televisão nas disciplinas que são específicas, para formar os técnicos! Para formar as técnicas! Estão dizendo que não estão aprendendo absolutamente nada com aulas pela televisão! Essas aulas são dadas pela Unicesumar. A Unicesumar está sendo paga com dinheiro público, com dinheiro da educação! Forma terceirizadas duas aulas nos cursos técnicos e aí estão ofertando por televisão. A Gislaine foi a primeira mãe que mandou mensagem reclamando desse absurdo que acontece no Colégio São Vicente de Paula, lá em Nova Esperança. Mas também a Ceziane, a outra mãe que reclamou, a Solange, a Edineia, a Elisângela, a Máxima. Todas reclamaram. Mas também lá no Colégio Arnaldo Busatto, em Coronel Vivida, teve protesto há poucos dias. Estudantes e os pais reclamando, não querem essas aulas por televisão! Também no Mário de Andrade, lá em Francisco Beltrão, também no Colégio Premen, no colégio lá de Pato Branco, protesto. Recebi um documento inclusive dos pais. Também veio reclamação aqui de Araucária, que pude, na semana passada, ler a reclamação da Maria, que é mãe de estudante reclamando, lá do Colégio do Distrito de Guajuvira. Ela disse: *seis aulas na frente da televisão, não aprende nada!* Ponta Grossa reclamando. Teve protesto em Cascavel de novo. Por exemplo, no Colégio Consolata e entre outros colégios de Cascavel que fizeram protesto. O único colégio que conseguiu suspender as aulas por televisão e foram contratados professores foi o CEEP de Cascavel. Então, os pais e os estudantes estão cobertos de razão. Estão dizendo que tem professores preparados para serem contratados para entrar em sala, como entrava até o ano passado, era assim. Este ano, esse contrato celebrado com a Unicesumar, esses 40 milhões que estão sendo repassados para essa instituição privada, poderia contratar os professores que estão à disposição para entrar em sala, para interagir

com os estudantes. Contrataram monitores e alguns têm dificuldade com a tecnologia até para manusear o aparelho, que é um televisor. Ora, isso prejudica a aprendizagem dos estudantes. Imagina, são as disciplinas específicas para formar esses profissionais. Está um caos. O Governador pode e deve corrigir este erro. Foi induzido ao erro pelo Secretário de Estado da Educação, dizendo que isso é moderno, que isso faz bem à aprendizagem. Não faz bem à aprendizagem. Isso é um erro. Então, portanto, este clamor que vêm de várias escolas e agora, nas últimas horas, vindo lá do Colégio Estadual São Vicente de Paula, de Nova Esperança. Esse clamor precisa ser acolhido aqui pela Assembleia e também pelo Governador do Estado do Paraná. Nesse sentido, já coloquei no sistema hoje um requerimento, quero pedir a assinatura de todos os Deputados e Deputadas, convocando o Secretário de Estado da Educação para comparecer à Assembleia para tratar conosco desses temas. Deste tema que é aula a distância por televisão e da terceirização da contratação de funcionários de escolas, que também está um caos nas escolas. Visitei algumas escolas esta semana e a reclamação é geral. Não dá mais para continuar com aulas por televisão e não dá mais para terceirizar a contratação de funcionários de escolas. Por isso, peço o apoio de todos os Deputados e Deputadas para assinarem comigo este requerimento. Queremos a presença do Secretário aqui, queremos debater com profundidade com o Secretário esse tema, para corrigir esses absurdos que estão acontecendo na educação do Estado do Paraná. Tem que ser corrigido, não pode continuar assim. Então, peço o apoio de todos os Deputados e Deputadas. Quero dizer que os pais, as mães, os estudantes, os professores e as professoras, funcionários de escolas estão cobertos de razão, porque estão reclamando e a sua reclamação precisa de ser acolhida e atendida. Aulas por televisão não dá. Os alunos não aprendem. E temos professores habilitados para essas aulas. Também não se pode deixar um colégio com alunos sem professor, como é o caso do curso de informática lá do Colégio São Vicente de Paula, de Nova Esperança. Não pode deixar e não pode ameaçar de colocar uma televisão lá na frente dos alunos. Por isso, alguém está pedindo aparte aí, Deputado. Acho que não, mas queria pedir a atenção dos Deputados. Quero pedir a atenção de todos os Deputados e

Deputadas para nos ajudar a corrigir esse absurdo nas escolas. Não à terceirização da contratação de funcionários e não termos mais aulas por televisão, a distância, porque isso prejudica a aprendizagem dos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, para concluir ou concluiu? Ok. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Coronel Lee (PDC), Delegado Fernando Martins (REP), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (47 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Arilson Chiorato (PT), conforme art. 97 § 4º do Regimento Interno; Artagão Junior (PSD), conforme art. 97 § 3º Inciso I do Regimento Interno (2 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri

(PSDB), Delegado Jacovós (PL), Plauto Miró (UNIÃO) e Rodrigo Estacho (PSD) (5 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 213/2022**, do Deputado Dr. Batista, que cria o Programa Amamentação sem Dor no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 214/2022**, do Deputado Tiago Amaral, que concede o título de Utilidade Pública ao Centro de Integração Cristo Te Ama - CRCA; **Autuado sob o n.º 215/2022**, do Deputado Nereu Moura, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Ambientalista e Protetora dos Animais Grandes Amigos do Meio Ambiente de Guaraniaçu, com sede no município de Guaraniaçu; **Autuado sob o n.º 216/2022**, do Deputado Homero Marchese, altera a Lei n.º 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe que o título de Cidadão Benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná, conforme específica, e adota outras providências; **Autuado sob o n.º 217/2022**, do Deputado Paulo Litro, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Ademar Batista Pereira; **Autuado sob o n.º 218/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, que estabelece Diretrizes para a proteção e atenção integral aos órfãos do feminicídio no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 219/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, que revoga a Lei Estadual n.º 20.668, de 19 de agosto de 2021; **Autuado sob o n.º 220/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, que institui o Programa Água Dividida, que estabelece o pagamento 50% (cinquenta por cento) do consumo de água que será subsidiado pela Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) para a população em geral no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 221/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, que institui o Programa Luz Dividida, que estabelece o pagamento 50% (cinquenta por cento) do consumo de luz, que será subsidiado pela Companhia Paranaense de Energia - Copel para a população em geral no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 222/2022**, do Deputado Plauto Miró, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Valores em Construção, com sede no município de Palmeira.

Projeto de Resolução: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 11/2022**, do Deputado Homero Marchese, que extingue a Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, instituída por meio do Ato do Presidente n.º 14/2019, publicado no DOA n.º 1786, de 12/8/2019, exorando-se imediatamente os ocupantes de cargo em comissão lotados.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos...

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Luiz Carlos Martins.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Presidente Traiano, com pesar, para quem não sabe, estamos anunciando o falecimento, e foi sepultado há poucos instantes, um grande amigo meu e conhecido de muitos aqui, o Éde Abib, irmão do Bibinho, Ex-Vereador. Que o Éde descanse em muita paz e as nossas condolências à família. Saudade! Obrigado, Sr. Presidente!

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, a Assembleia Legislativa, por meio de sua conta no *Instagram* e no *Facebook*, subiu ontem um *banner* dizendo que o uso de máscara aqui na Assembleia, em ambiente fechado, seria obrigatório, o que não tem fundamento nem em lei e nem em Ato aqui...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Homero, não querendo cortar a sua intervenção, mas esta Presidência, já no início da Sessão...

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Eu sei, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): ... fez a recomendação de que não é obrigatório. É uma recomendação.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Eu ouvi, Sr. Presidente. Agora, policiais que atendem esta Casa pararam dois assessores meus, pediram os nomes deles e anotaram em pranchetas, porque estavam sem máscara e isso não está correto. Os meus assessores não vão usar máscaras e eu não vou usar máscara também, porque não existe nenhuma previsão legal para isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos passar a informação e a recomendação aos policiais.

Temos aqui oito Redações Finais. Senhores Deputados, algum questionamento da votação isolada em algum Projeto que faremos a votação de Redação Final, senão faremos tudo em bloco. Vamos então agrupar os oito projetos de Redação Final.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.^º 10/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 184/2021, que altera a Lei Complementar n.^º 205, de 7 de dezembro de 2017.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 73/2017, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro, que institui a Semana do Consumidor Paranaense.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 115/2021, de autoria dos Deputados Delegado Recalcatti e Goura, que concede o Título de Utilidade Pública ao Veterano Jatobá Futebol Clube, com sede no município de Araucária.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 264/2021, de autoria dos Deputados Mabel Canto, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin, Boca Aberta Junior, Goura, Luiz Claudio Romanelli e Michele Caputo, que institui a Semana de Conscientização sobre o Ciclo Menstrual, a ser realizada anualmente na semana que compreender o dia 28 de maio.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 351/2021, de autoria do Deputado Paulo Litro, que determina que os agressores que cometem o crime de maus-tratos arquem com as despesas do tratamento do animal agredido, bem como participe de medidas de conscientização.

ITEM 6 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 609/2021, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que concede o título de Paraíso das Serras do Paraná ao município de Cândido de Abreu.

ITEM 7 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 627/2021, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Humanitário Remindo Vidas, com sede no município de Bandeirantes.

ITEM 8 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 93/2022, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Moradores dos Cinco Conjuntos, com sede no município de Mandaguari.

Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Aprovados**.

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 126/2022, de autoria do Deputado Paulo Litro, que concede o Título de Utilidade Pública ao Clube BBC de Ciclismo, com sede no município de Dois Vizinhos. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli e Maria Victória.

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): Senhor Presidente, não estou conseguindo registrar o meu voto aqui.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Senhor Presidente, também estou tendo problemas na máquina. O meu voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Vamos registrar. Voto “sim” do Deputado Luiz Carlos Martins. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Plauto Miró, Rodrigo Estacho e Tiago Amaral (11 Deputados).]* Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei nº 126/2022. Quarenta e quatro votos, com o voto do Deputado Luiz Carlos Martins. Está aprovado o Projeto.**

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 738/2021, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.^º 2.131/2021, que altera, revoga e acresce dispositivos da Lei Estadual n.^º 19.501, de 21 de maio de 2018. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para registrar aqui a presença do Sindijus, que acompanha a votação deste Projeto, que é um Projeto importante para os servidores do Poder Judiciário. Está aqui a Carol e está aqui também o Bruno representando o Sindijus, representando os trabalhadores do Poder Judiciário, acompanhando este importante Projeto. E o nosso voto é “sim” a este Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Sempre lembrando que acordamos com o Sindijus que pautaríamos no dia de hoje este Projeto. Está cumprida a palavra. Deputado Galo e Deputado Nelson Justus, ainda dependendo do voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen,

Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Luiz Claudio Romanelli, Nelson Justus, Plauto Miró, Rodrigo Estacho e Tiago Amaral (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 738/2022.**

ITEM 11 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 134/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à ONG SOS Criança e Adolescentes, com sede no município de São Jerônimo da Serra. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Galo, seu voto, Nelson Justus e Soldado Adriano José. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Plauto Miró, Rodrigo

Estacho e Tiago Amaral (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^o 134/2022.

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 138/2022, de autoria do Deputado Coronel Lee, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Cívico-Militar Hélio Antônio de Souza, com sede no município de Pontal do Paraná. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tião Medeiros (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Plauto Miró, Rodrigo Estacho, Tadeu Veneri e Tiago Amaral (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^o 138/2022.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1467/2022, do Deputado Homero Marchese, adiado de Sessão anterior, solicitando o envio de convite ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, Sr. Gilberto Giacoia, para que esclareça sobre as ações adotadas até aqui pelo Ministério Público para apurar as irregularidades confessadas por representantes ou prepostos da Televisão Icaraí Ltda em acordo de leniência firmado com o Ministério Público e o Ministério Público Federal em agosto de 2020. Deputado Marcel, como encaminha?

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Antes de V.Ex.^a encaminhar, Deputado Marcel, gostaria de dar algumas informações. O Deputado Homero, como seu direito, insistentemente vem tratando deste assunto. Já é pela segunda vez que o Ministério Público responde exatamente o que ele está pedindo aqui, convidando o Procurador-Geral. Ele já recebeu isso. São as mesmas coisas.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Não é verdade, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): É verdade. Estamos acompanhando. Portanto, não vejo razão para convidar o Procurador para vir aqui para satisfazer o interesse de alguém que está à procura de algo que não existe.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Peço para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pode encaminhar, sem problema algum.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e população que nos assiste, boa tarde. Este é um requerimento de convite para o Sr. Procurador-Geral Gilberto Giacóia comparecer a esta Assembleia e prestar

esclarecimentos a esta Assembleia. Como um convite e não convocação, o Sr. Giacóia vem se quiser, é uma faculdade dele. Se ele não quiser vir, ele tem esse direito, não vai ser conduzido coercitivamente a estar aqui nesta Assembleia. Mas espero que o Dr. Giacóia, com o espírito democrático que sempre tem marcado a sua carreira, atenda a este convite para esclarecer algo que me parece muito grave, que é a investigação sobre o acordo de leniência firmado em 2020 entre o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal e o Grupo J.Malucelli. O Grupo J.Malucelli, um dos mais importantes grupos econômicos do Estado do Paraná, firmou esse acordo de leniência em 2020, confessando uma série de irregularidades cometidas em relação ao Estado. Aliás, são fruto desse acordo de leniência algumas operações que já aconteceram. Mas, um dos fatos narrados pelo acordo de leniência ainda não foi investigado, não temos nenhuma notícia do que aconteceu dois anos depois, que são as supostas – estou falando isso eventual –, as supostas irregularidades em um contrato firmado entre uma das empresas do grupo, a *TV Icaraí*, e esta Assembleia Legislativa. Essa *TV Icaraí* fazia os serviços de transmissão da *TV Assembleia*, levava ao ar as Sessões da *TV Assembleia* e conduzia o canal da *TV Assembleia*. O Grupo J.Malucelli fez um acordo e devolveu R\$ 100 milhões para os cofres paranaenses. Imaginem vocês, senhores, desculpem-me, um grupo desse tamanho, com a experiência que tem, com a assessoria que tem, para que não dizer com a competência que tem, se fecharia um acordo nesse valor se não tivesse algo muito grave para dizer ao Ministério Público, para que o Ministério Público pudesse investigar. No entanto, dois anos depois, não temos ciência de nada do que aconteceu com a outra ponta. Os corruptores pagaram R\$ 100 milhões e o que aconteceu com os corruptos, que pediram eventualmente propina para fechar esse contrato? No ano passado, quase um ano das investigações, mandei um ofício para o Ex.^{mo} Sr. Giacóia pedindo informações e ele me respondeu que não poderia dá-las porque o processo estava em sigilo. Agora, há alguns dias, quando esse acordo vai completar quase dois anos, reinsiisti novamente no pedido. Novamente a resposta foi que ele estava em sigilo e que não poderia, portanto, dar mais informações. No entanto, vejam os senhores, temos alguma experiência nisso e não só mandamos

ofício apenas para o Procurador-Geral, mandamos ofício também para os órgãos do Ministério Público de 1.^º Grau, para a Promotoria Criminal, para a Procuradoria do Patrimônio Público, para a Promotoria Eleitoral. Pasmem os senhores, uma das respostas foi divergente da resposta do Ex.^{mo} Sr. Governador-Geral. A Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público, por meio do Gepatria, que é o grupo especializado de atuação à proteção do patrimônio público, no combate à improbidade administrativa da região de Curitiba, disse que não tinha nenhum fato sob investigação no Gepatria. O Sr. Procurador-Geral, na resposta que ele deu, por meio de um Promotor auxiliar, disse que sim, que estava lá no Gepatria a investigação. Então, não sabemos, afinal de contas, depois de dois anos, onde está, em que órgão do Ministério Público está a investigação sobre as possíveis irregularidades envolvendo a *TV Assembleia*. Temos uma eleição daqui a algum tempo. Nada está andando, aparentemente. Há um risco claríssimo de comprometimento da democracia, aumento do sentimento de impunidade e desconfiança das instituições paranaenses. Para evitar que isso continue, é preciso que façamos a autocrítica e que, se for necessário, *cortar na própria carne*. Então, Sr. Giacóia, por favor, preste esclarecimentos a esta Assembleia. Venha a esta Assembleia, atenda ao nosso convite. Para que haja esse convite, peço aos senhores, pensando no Paraná, para que não haja qualquer tipo de dúvida, para que não fiquem de conversinha sobre eventualmente estarmos protegendo quem quer que seja aqui. Vamos aprovar esse requerimento. Vamos aprovar esse requerimento. E o Sr. Procurador-Geral venha e diga o que está acontecendo, especialmente para esclarecer essa contradição dos ofícios do Ministério Público. Tenho certeza de que é isso que a população do Paraná espera de nós. Muito obrigado, Sr.^s Deputados.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, peço para encaminhar e se me permitir falo aqui mesmo na posição de 1.^º Secretário, até porque este é um tema que é afeito à 1.^a Secretaria, à gestão dos contratos aqui da Assembleia Legislativa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli, para encaminhar.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Inclusive, em 2020 encerramos o contrato com a *TV Icaraí*, a que se refere o nobre Parlamentar que estava na tribuna. Data vénia, Excelências, data vénia, quem teve a oportunidade de ler o requerimento que está no sistema, os senhores vão verificar que o Ministério Público respondeu sempre de forma muito objetiva as perguntas formuladas por Sua Excelência. Naturalmente, há fatos que estão sob sigilo, sigilo de Justiça, obviamente, sem a condição de poder informar o requerente. A última informação, inclusive, foi assinada pelo Promotor de Justiça Gustavo Henrique Rocha de Macedo, no dia 29 de abril de 2022, e de forma muito objetiva, no dia 5 de maio, recente, foi entregue ao nobre requerente, onde o tema na verdade é tratado da forma responsável, que o Ministério Público tem tratado desses temas todos. Então, na verdade, ele: “Primeiro, não se pode confirmar ou negar que tenha ocorrido confissão no contexto referido, para não se romper o sigilo do acordo por via oblíqua; segundo, a confissão isolada (ainda que tenha ocorrido) não é elemento bastante para o início da persecução em juízo, tampouco para a condenação - cita a Lei Federal -, o que reivindica a produção de elementos de corroboração; terceiro, medidas cautelares como aquelas aviltadas pelo ilustre Deputado Estadual (afastamento de sigilo bancário, fiscal e comunicações) costumeiramente são complexas e demandam um lapso de tempo extenso para conclusão, haja vista que, também frequentemente, abrem flancos de investigação inicialmente não divisados; quarto, cada investigação tem o seu tempo próprio, adequado às suas características e peculiaridades; quinto, a Subprocuradoria-Geral de Justiça exerce suas atribuições de maneira discreta e responsável, pautada exclusivamente pelo direito objetivo e pelo conjunto de provas produzidas nos respectivos processos, recusando-se ao manejo de acusações midiáticas, precárias ou infundadas.” Faço o destaque no que disse aqui o Promotor: “Quanto ao mais e, noticiando-se apenas aquilo que não desrespeita a cláusula de sigilo, esclarece-se que anexos do acordo de leniência especificado no requerimento foram encaminhados a esta Subprocuradoria-Geral de Justiça” e ao *núcleo de*

análise aqui na questão da administração pública. Quero dizer a Vossas Excelências o seguinte, o Deputado Homero Marchese se comporta muitas vezes como uma criança birrenta. Por que ele se comporta dessa forma? Porque não vê satisfeitas as suas tentativas de descredenciar permanentemente os seus colegas Deputados Estaduais, suas colegas Deputadas Estaduais, este Parlamento. Não sei até por que ele decidiu integrar o Parlamento Estadual se o desrespeita tanto e não tem a menor consideração. Tenho uma visão crítica sobre o mandato que ele exerce como Deputado, na minha avaliação, de forma medíocre. Desculpe falar isso, mas entendo que o mandato dele não tem nada de produtivo. O que ele tenta criar sempre? Factoide contra esta Casa. É a mesma estratégia inclusive do Deputado de São Paulo do MBL, que caiu a máscara dele, o *Mamãe Falei*, que renunciou e depois foi cassado pela Casa porque, sem nada a apresentar, só fazia de conta, com o discurso da hipocrisia. Lamentavelmente, é um factoide. Aqui há uma investigação, há uma delação, o tema é complexo, amplo e competem às autoridades constituídas as investigações. Olhem, senhoras e senhores, se esta Casa aqui votar abrindo este precedente, é um precedente perigoso, senhoras e senhores, porque amanhã todos os Parlamentares aqui poderão ser objeto de requerimentos de outros, por conta de questões como esta que estamos tratando. Então, o que quero pedir a Vossas Excelências, votando cada um com a sua consciência, é a rejeição deste Requerimento. Ele é um despropósito, todas as informações foram esclarecidas pelo Ministério Público e não há a menor razão de constrangermos o Procurador-Geral de Justiça com um convite absolutamente despiciendo como esse que foi formulado. É um desrespeito ao próprio Parlamento a aprovação do requerimento. Por isso, peço o voto “*não*” a Vossas Excelências.

DEPUTADO GUTO SILVA (PP): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado?

DEPUTADO GUTO SILVA (PP): Guto Silva.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Guto, por favor.

DEPUTADO GUTO SILVA (PP): Permite-me aqui fazer uma reflexão e tentar compreender melhor esta celeuma. É natural que o ambiente para investigação, para denúncia é o próprio Ministério Público. Vejo que há outras soluções, que de fato acho um precedente muito agudo você convocar um Chefe de Poder. Então, vamos convocar o Governador para participar de uma reunião, vamos convidar o Presidente do Tribunal de Justiça e assim por diante. O que quero aqui colocar, Deputado Homero, que me coloco à disposição, se for para construir uma ponte para dialogar, para investigar, para colaborar com este processo, o Deputado Guto Silva está aberto a essa posição. Amanhã estarei no Ministério Público para poder auxiliar. Agora, quando votamos aqui para convocar um Chefe de Poder para uma questão que envolve esta Casa e o próprio Ministério Público neste debate, acho muito grave o precedente, mesmo convocação ou convite. A reflexão que coloco é a seguinte, estou aberto para poder colaborar e ir até o Ministério Público para buscar informações, como é que vai, como é que não vai e o que pode ser feito. Agora, convocação acho um ato muito agudo, de desestabilização dessa harmonia dos Poderes. Então, fica aqui a minha reflexão que estou aberto para poder, mesmo convite ou convocação, em suma é o mesmo propósito. Apenas queria fazer essa reflexão porque, assim, com toda a franqueza, preciso dizer isso a todos os Deputados, se há divergência de um Parlamentar ou outro com a condução da Mesa, aparentemente é isso que está acontecendo, não podemos colocar toda a Casa, toda a instituição nesta disputa. Então, coloco-me aqui à disposição para poder ajudar, mas de fato acho que convocar ou convidar um Chefe de Poder, em minha opinião, é desnecessário.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Marcio Nunes.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Venho aqui na verdade seguir o raciocínio do Deputado Guto Silva, que um convite me parece até ser uma afronta às outras instituições, não estou levando aqui a coisa para o campo pessoal de forma alguma. E quando existe uma dúvida entre as partes, onde o Ministério Público tem a função de fiscalizar, inquirir e denunciar, quem decide é a Justiça. Então, acho que cabe a esta Casa neste momento rejeitar o requerimento. Vou pedir, em nome do nosso bloco do PSD-MDB, que rejeite, votando “não”.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, *pela ordem*, tive o nome citado pelo Deputado Romanelli.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Homero Marchese, com o devido respeito e o direito à sua defesa.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Não vou ser deselegante como o Deputado Romanelli, até porque o meu passado é de estudo e trabalho, a minha esposa trabalha na empresa dela, para não ter que ficar sugando o Estado. Não tenho sócio no escritório de advocacia que trabalha para o poder público, indicado por mim, nem que vai preso. Não sou um pequeno tirano que pensa em fazer e faz o que quer com a vida dos outros, são sou uma pessoa de esquerda mandando em um Estado de direita, e que todo mundo fique quieto. Então, a minha avaliação do meu mandato é pelo menos 20 vezes superior à avaliação do mandato de quem me critica com insinuações pueris. Já tentei conversar com o Procurador-Geral várias vezes, já estive na sala dele conversando e não adiantou. As respostas que o Ministério Público me deu foram contraditórias - a resposta que ele me deu contradiz à resposta da Promotoria de Patrimônio Público. A Promotoria de Patrimônio Público diz que não tem investigação lá, e ele diz que tem sim, que está lá no Gepatria. Alguém está falando alguma coisa errada. Então, se o Doutor Giacoia quiser esclarecer isso, atendendo ao convite, ele pode vir aqui e responder a esse convite. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, *pela ordem.* Só quero dizer o seguinte, que a minha esposa, a Fabiana, é Professora Doutora, ela não é uma simples bacharel, não, estamos tratando de outra natureza, na verdade competência. E V.Ex.^a é o seguinte, o seu mandato, Deputado Homero, é medíocre mesmo, a região de Maringá não tem absolutamente nada que o senhor possa ter feito, se não fossem as emendas que viabilizamos o senhor não tinha feito nada, zero. É um zero à esquerda.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Pague os bloguinhas para falar isso, os bloguinhas que você fala. Tem mais de 15 milhões meus lá.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Por favor, vamos encerrar a discussão. Vamos à votação. A possibilidade de votação está prevista no art. 171 do nosso Regimento Interno e, portanto, quem decide é o Plenário, que é soberano. Votando. Vamos votar no painel.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Olha, entendendo que os esclarecimentos foram respondidos pelo Doutor Giacoia; quero fazer um apelo à Base para que possa rejeitar o requerimento do Deputado Homero. Então, voto “não”.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem,* Sr. Presidente, Deputado Amaro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Enquanto o pessoal está votando, Sr. Presidente, só quero ressaltar o que pedi na semana passada e continua de pé, ainda o pedido do tatame aqui nesta Casa, por favor, só para o senhor não esquecer. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência, aproveitando sempre o momento, traz o tema à tona. Deputado Jonas está

votando, Deputado Luiz Carlos Martins. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Coronel Lee e Homero Marchese (2 Deputados); Votaram Não: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (32 Deputados); Abstenção: Luiz Fernando Guerra e Mabel Canto (2 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Gilson de Souza, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Michele Caputo, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (18 Deputados).] Com 2 votos favoráveis, 32 votos contrários e 2 abstenções, está rejeitado o Requerimento.**

Requerimento n.^º 1485/2022, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, requerendo informações relativas aos procedimentos de autorização e fiscalização de eventos na Ilha do Mel, com destaque para poluição sonora e luminosa.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adia-se na forma regimental.

Requerimento n.^º 1507/2022, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Sr. Augustinho Zucchi, acerca de eventual repasse de recursos do Estado do Paraná para pavimentação do Distrito Industrial de Ponta Grossa.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adia-se na forma regimental.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências: Requerimentos n.^{os} 1477 a 1484/2022, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando registro e envio de menção honrosa com votos de louvor e congratulações para: Diretor-Geral do Departamento de Polícia Penal do Paraná (Deppen), Sr. Francisco Alberto Caricati; Sr.^s Alexandre Guilherme de Lara e Paulo Roberto Stocco Zempulski, Presidente e Vice-Presidente do Sinpoapar; Diretor-Geral da Polícia Científica do Paraná, Sr. Luiz Rodrigo Grochocki; Coronel Hudson Leôncio Teixeira, Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná; Sr. Wagner Mesquita, Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná; Sr. Manasses Oliveira da Silva, Presidente do Siemaco Paraná; Sr. Silvio Jacob Rockembach, Delegado-Geral do Paraná; Sr.^{as} Adriana Lúcio de Souza e Maria Aparecida de Oliveira Souza; **Requerimento n.^º 1486/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, requerendo providências acerca do empreendimento da Central Geradora Hidrelétrica Maria Cavaleira (CGH Saltinho), localizada no Rio Mourão, em Campo Mourão; **Requerimento n.^º 1487/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Secretário da Educação e do Esporte do Paraná, Sr. Renato Feder, conforme especifica; **Requerimento n.^º 1491/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Renê de Oliveira Garcia Junior, conforme especifica; **Requerimento n.^º 1493/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. César Augusto Neves Luiz, conforme especifica; **Requerimento n.^º 1494/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, requerendo gestões imediatas por parte do Governo naquilo que lhe cabe, quanto a operação “padrão” que está sendo desenvolvida em Foz do Iguaçu por servidores da Receita Federal e Ministério da Agricultura e que está causando grandes transtornos e prejuízos às empresas, caminhoneiros, população local e turistas; **Requerimento n.^º 1495/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando

envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, requerendo relatório detalhado da atual população carcerária no Estado do Paraná; **Requerimento n.^º 1499/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Sr.^a Rosa Martin; **Requerimento n.^º 1500/2022**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa às pessoas físicas e jurídicas nomeadas, pela promoção e incentivo à prática do yoga no Estado do Paraná; **Requerimentos n.^ºs 1501 a 1506, 1508, 1509, 1510, 1512 a 1525, 1527 a 1542, 1544, 1545, 1547 e 1548/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Vera Lucia Horochoski de Mattos; Dugilda Vieira; Adelina Sanchês de Barros; Marlene Prado de Lara; Maria Ignez; Julia Valak de Abreu; Celia dos Santos; Arlete dos Santos Sebastião; Ana Zilda Galvão Teleginski; Tereza Muchinski Vichinheski do Valle; Mercedes Burgardt Stremel; Luciane de Mello Procopio; Theotonio Garcia da Luz; José Buginski; Joana Aparecida Fernandes; José Osny da Silva; Maria Ivone Moura Machado; Adeilde Lins de Araujo; Osmar dos Passos; Nestor Futra; Manoel José de Oliveira; Edith Buch Zanetti; João Alberto Schuarts; Maria de Fátima Araújo; Jascinta Gottwald; Ilma Stadler; Iaroslawa Novak Kohut; Erondina Ferreira; Avanir de Castro Savi; José Nowiski; Calmino Carneiro de Souza; Amilton Luiz de Oliveira; José Dircio de Oliveira; Victório Tozetto; João Maria Bastos; Romildo Rivadir da Rosa; Cecília Kozan; Laudemira Pereira Machado; Yolanda Machado Paz; Antônio Lourival Ferreira; José Moreira Duarte; Heládio Júlio da Rosa; e Leopoldo Gomes; **Requerimento n.^º 1526/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de congratulações e moção de aplausos ao Delegado Marcus Vinícius Sebastião; **Requerimento n.^º 1549/2022**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Fundação Sidônio Muralha, por sua atuação na preservação e difusão a obra literária de Pedro Sidônio de Araújo Muralha, com a promoção das atividades culturais no Campo da Literatura, com especial ênfase à Literatura Infantil e Juvenil; **Requerimento n.^º 1550/2022**, do Deputado Tiago Amaral, solicitando o registro e o envio de certificados de menção

honrosa ao Soldado Raphael Carnelossi e ao Soldado Célio Ademir Pinheiro Lopes.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1496/2022**, do Deputado Marcio Nunes, Líder do Bloco PSD/MDB, solicitando a adesão dos Deputados que compõem o Bloco PSD/MDB para as Comissões: Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Adelino Ribeiro como membro titular e Deputado Delegado Jacovós como membro suplente, e Deputado Bazana como membro titular e Deputado Marcel Micheletto como membro suplente; Comissão de Educação, Deputado Artagão Junior como membro titular e Deputado Marcel Micheletto como membro suplente, e Deputado Bazana como membro titular e Deputado Marcel Micheletto como membro suplente; Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção Animal, Deputado Cobra Repórter como membro titular e Deputado Francisco Bührer como membro suplente; Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais, Deputado Artagão Junior como membro titular e Deputado Delegado Jacovós como membro suplente; Comissão de Segurança Pública, Deputado Adelino Ribeiro como membro titular e Deputado Mauro Moraes como membro suplente; Comissão de Esporte Deputado Artagão Junior como membro titular e Deputado Douglas Fabrício como membro suplente, e Deputado Bazana como membro titular e Deputado Galo como membro suplente; e Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Artagão Junior como membro titular e Deputado Galo como membro suplente; **Requerimento n.º 1497/2022**, do Deputado Nelson Justus, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 774/2021, de sua autoria.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a Sessão Plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 1488/2022**, do Deputado Marcio

Pacheco, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 16 de maio de 2022.

Deferidos conforme o art. 97, § 4º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 1489/2022**, do Deputado Adelino Ribeiro, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 18 de maio de 2022; **Requerimento n.º 1492/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 9 de maio de 2022; **Requerimento n.º 1498/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 23 de maio de 2022; **Requerimento n.º 1546/2022**, do Deputado Ricardo Arruda, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 18 de maio de 2022.

Deferidos conforme o art. 97, § 3º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1490/2022**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 16 de maio de 2022; **Requerimento n.º 1511/2022**, do Deputado Michele Caputo, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias de 17 e 18 de maio de 2022; **Requerimento n.º 1543/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 16 de maio de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 24 de maio de 2022, à hora e regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 738/2021, 134/2022 e 138/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^º 152/2020, 457/2021 e 164/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h56, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)